

## Descumprimento do artigo 170 da Constituição é pautado na tribuna

O deputado Valmir Comin (PP) registrou na tribuna da Assembleia Legislativa, na sessão desta quinta-feira (7), sua indignação em relação ao descumprimento, pelo governo do Estado, do investimento em ensino superior previsto no Artigo 170 da Constituição. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE) citados pelo parlamentar, o governo vem aplicando anualmente apenas 25% do valor que deveria repassar às instituições de educação superior legalmente habilitadas, recurso destinado a financiar bolsas de estudo e pesquisa.

Segundo Comin, no período de 2012 a 2016, o Estado destinou R\$ 649 milhões a menos do que está previsto no Artigo 170 da Constituição do Estado, que reserva para essa finalidade 5% do total

a ser investido pelo Estado em educação (25% da arrecadação). Em 2016, o Estado deveria ter destinado R\$ 203 milhões para o financiamento do ensino superior, mas efetivou repasse de R\$ 54 milhões (25,69% do total). "O Estado deixou de aplicar R\$ 158 milhões na assistência financeira aos alunos", frisou o deputado.

Conforme a análise do parlamentar, se o governo cumprisse o que está determinado na Constituição, hoje poderiam estar sendo atendidos com bolsas de estudo, no lugar de 25 mil alunos do ensino superior, pelo menos mais 60 mil acadêmicos.

"Uso esta tribuna com extrema indignação. Tudo bem que não consigamos cumprir os 100%, mas ficar abaixo de 25% causa extrema indignação. Este Parlamento deve exigir

que o governo cumpra o preceito constitucional", protestou Comin.

Já o deputado Gabriel Ribeiro (PSD) comemorou na tribuna a aprovação das contas de 2017 do governo de Raimundo Colombo pelo TCE. Conforme o parlamentar, "a aprovação representa o fechamento de um ciclo de sucesso". Ribeiro afirmou que o Estado tem uma das economias mais fortes do país graças às reformas e a maneira como o estado foi administrado nos últimos sete anos.

Ele citou a reforma da previdência pública estadual, que garantiu economia de cerca de R\$ 830 milhões para os cofres públicos, elogiou a discussão e renegociação da dívida do Estado com a União e a reforma administrativa promovida, com a extinção de algumas em-



**Aprovação das contas do governo do estado em 2017 pelo TCE esteve na pauta da sessão**

presas públicas e a trans- de desenvolvimento regio- desenvolvimento regional  
formação das secretarias nal (SDR) em agências de (ADR).